



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA JURÍDICA



PARECER Nº 187/2022-PROJUR

Ref.: CP-CPL-001/2021-FMS

Contrato Administrativo nº 037/2021-FMS

Processo nº: 2021.0620-02/SEMUS

Interessada: Secretária Municipal De Saúde

ASSUNTO: 1º Termo Aditivo Contratual - Prazo – 90 Dias

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO. 90 DIAS. ARTIGO 57, II, § 2º DA LEI 8666/93. POSSIBILIDADE

CONSULTA

Consulta-nos a Secretária Municipal de Saúde para parecer jurídico com fulcro no art. 38, inc. X da Lei nº 8.666/93 quanto a possibilidade do Primeiro Termo aditivo de prorrogação de vigência do Contrato Administrativo nº 037/2021-FMS, celebrado entre o Município de Breu Branco- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLINICAS BIOCOSTA EIRELI, cujo objeto a prestação de serviços de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica, a serem prestados na sede do município de Breu Branco-PA, para a rede municipal de saúde, conforme rotina, fluxo e/ou protocolo adotados pela Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de mais 90 dias.

1

É o relatório, passamos a opinar.

PARECER

Trata-se de análise da possibilidade de aditamento para o Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência do contrato nº 037/2021-FMS, oriundo da licitação na modalidade Chamada Pública nº CP-CPL-001/2021-FMS exarado no processo licitatório nº 2021.0226-01/SEMAP.

O processo encontra-se pautado com os seguintes documentos e informações:

- a) Solicitação e justificativa da necessidade da prorrogação (art. 57, II e § 2º, da Lei 8.666/93);
- b) Termo de autuação, devidamente datado, carimbado e numerado;
- c) Ofício para a empresa contratada para manifestação quanto a prorrogação;
- d) Resposta da empresa informando o interesse da prorrogação;
- e) Justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Saúde;
- f) Minuta de Termo de Aditivo;



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA JURÍDICA



No caso em tela, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

(...)

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

(...)

§ 2º Toda prorrogação de **prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.** (grifo nosso).

2

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada no art. 57, II, §2º da Lei 8.666/93.

Constam nos autos que a prorrogação foi autorizada pela autoridade competente, conforme §2º, artigo 57 da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser **justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.** (grifo nosso).



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA JURÍDICA



Ademais, nota-se que o mesmo se encontra regular, sem qualquer prejuízo à Administração Pública.

Sendo assim, observado o prazo de vigência do contrato, bem como os documentos reguladores fiscais da empresa, e a justificativa apresentada, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido.

CONCLUSÃO

Isto posto, esta Procuradoria Jurídica se manifesta pela possibilidade do presente 1º termo de Aditamento do Contrato Administrativo nº 037/2021-FMS, referente ao Processo Administrativo n. 2021.0620-02/SEMUS pelo prazo de mais 90 dias.

É o parecer.

Breu Branco, 27 de junho de 2022.

Claudio Valle Carvalho Mafra de Sá
Procurador Geral do Município
Portaria nº 765/2021
OAB/PA nº 17.119-A



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE BREU BRANCO
PROCURADORIA JURÍDICA

